



Referente ao Processo SUPRAM n°. 02402/2012/001/2012

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2014.

## NOTAS TÉCNICAS DE CAMPO – MORRO DO PILAR

Estas notas etnográficas têm como referência o trabalho de campo realizado no Município de Morro do Pilar, que envolveu a observação e o diálogo junto a moradores das comunidades de Chácara, Facadinho, Lavrinha, Rio Preto de Baixo e Carioca. A incursão de campo aconteceu entre os dias primeiro e quatro de agosto de 2014 e objetivou cotejar a presença de comunidades tradicionais e negras em áreas do Município onde está prevista a implantação do projeto minerário Manabi. No desenvolvimento da pesquisa etnográfica levamos em consideração as informações contidas no parecer da SUPRAM acerca do EIA Morro do Pilar Minerais S. A. – Manabi (relatório n°. 0695698/2014), que situa as comunidades direta e indiretamente afetadas pelo empreendimento e registra aspectos da memória e prática social que informam a presença de tradicionalidade, principalmente, em Chácara, Facadinho, Lavrinha. Os indicativos cotejados durante esta incursão de campo corroboram com os indícios apontados no PU-SUPRAM, constituindo um conjunto de dados etnográficos que demonstram a existência de comunidades tradicionais ameaçadas pelos empreendimentos minerários (Anglo American e Manabi), o que nos leva a sugerir algumas medidas às instituições responsáveis por resguardar e proteger os patrimônios culturais e os direitos coletivos resguardados pela Constituição Federal, artigo 68 da ADCT, e Lei Estadual 21.147 de janeiro de 2014.

### A entrada no campo

Fizemos nossa entrada em campo através do artesanato da palha, como forma de compreender as relações sociais e produtivas que se constroem em torno da extração, do processamento, trança e confecção de produtos como chapéu de *andaiá*, chapéu e vassoura de *taquaruçu* e também da comercialização da palha, das tranças e de seus produtos. Utilizamos este recurso metodológico tendo em vista chegar à questão principal que era compreender a organização social dos grupos locais e seu ponto de vista frente à implementação do empreendimento industrial de extração mineral no município de Morro do Pilar: projeto Manabi.

Durante os trabalhos de campo identificamos a especificidade dos conhecimentos tradicionais associados à utilização da *palha* de *taquaruçu* e da palmeira *andaiá*, isto é saberes e fazeres tradicionais reproduzidos pelos moradores. Bem como, a presença das chamadas *chácaras* de banana e café, de hortas, de criatório animal, especialmente a criação de porco e aves, que conformam um modo de vida tradicional. O artesanato de palha coloca em evidencia a relação rural-urbano e uma construção particular de campesinato naquele contexto social, cujas atualizações se fazem a partir de relações que reforçam sentidos de autonomia para o grupo.



A *palha* pode ser apontada como uma economia subterrânea, realizada principalmente por famílias de descendentes de escravos, aos quais também são associadas tradições como o batuque e a marujada, que fazem parte da memória social dos grupos visitados, mas no presente foram reduzidas a apresentações na sede do município. Várias *palheiras* entrevistadas se orgulham de dizer *nunca trabalhei empregada* e embora a trança seja feita *as horas*, ou seja, na articulação com atividades complementares, ou mesmo, durante os deslocamentos entre a cidade e a roça, como presenciamos durante o trabalho de campo. A renda desta atividade produtiva é significativa para as famílias a ponto de algumas pessoas afirmarem: *o povo aqui come da trança* ou *muitos compraram lotes na cidade com dinheiro da palha*.

Mariinha, Marisa (Chapeleiras) e o Senhor Vicente do Paredão trabalham com o chapéu de Indaiá e de Taboca (taquaruçu). No caso do Indaiá, são feitos dois tipos de chapéu: um de tira fina (8 braças) e outro de tira grossa (6 braças e meia). No caso do chapéu de Taboca, Senhor Vicente nos disse que são aproximadamente 30 braças. O que envolve a produção do chapéu: colheita da palha, que deve ser colhido principalmente “*pelos altos de Belo Horizonte*”; faz-se a colheita e posteriormente se retira a tala, que é aproveitada para a confecção de vassouras. Em outro momento, a palha é cozida, e depois de seca, ela é deixada no sereno, assim ela *abre*. Posteriormente é rasgada a partir de um pente de ferro e trançada. Existem dois tipos de trançagem: a fina e a grossa. Antes de ser costurada no seu formato definitivo, a trança é passada em uma prensa para ficar mais macia. Existem diversas formas a partir de troncos que formam moldes diferenciados. A linha utilizada na costura é banhada em cera e depois do chapéu pronto é borrifado um pouco de enxofre para garantir a durabilidade do produto. Parte da produção do chapéu é obtida a partir da parceria com parentes que fornecem a trança. O chapéu taboca (taquaruçu), diferentemente do chapéu de indaiá, é montado pela família, com a trança sendo comprada por fornecedores que fazem todo o trabalho de coleta, processamento e trançagem, que é considerado um trabalho mais difícil e árduo por parte desta família de chapeleiros. O chapéu de taboca possui uma estética mais rústica. Em média, se gasta uma semana para a produção de um chapéu de indaiá, considerando que não se trata de um trabalho contínuo. Trata-se de uma atividade complementar.

### Caracterização

A partir da incursão observamos que as comunidades de Chácara, Facadinho e Lavrinha distam respectivamente quatro, cinco e seis quilômetros da sede urbana de Morro do Pilar. Também estimamos o seguinte número de famílias nas comunidades: Chácara sete famílias, Facadinho oito, Lavrinha três, Rio Preto de Baixo dez e em Carioca quinze famílias. É importante destacar, contudo, as relações de parentesco e sociabilidade que articulam, por um lado, as comunidades de Chácara, Facadinho e Lavrinha e, por outro, Carioca e Rio Preto de Baixo.

As localidades de Chácara, Facadinho e Lavrinha mantêm entre si relações de parentesco que os levam a afirmar serem *um povo só e cada povoado uma nação*. A origem negra é afirmada a partir da cor da pele, por narrativas que informam a presença de fazendas de escravos nas imediações do rio Preto - Cachoeira e na fazenda que pertenceu a João Lage - e também em regiões mais distantes no município, como a



Fazenda Mata Cavallo, de onde teriam vindo os ancestrais e também por uma ocupação negra que se perpetua em um modo de vida particular valorizado pelos moradores e reconhecido como distinto pelos de fora, segundo relatos, há mais de um século. A literatura etnográfica também aponta a presença de comunidades remanescentes de quilombo na área de inserção do empreendimento, com uma trajetória de expropriação bastante semelhante àquela descrito nos relatos dos moradores (GROSSI & MARTINS, 1997).

A ocupação relatada pelos moradores de Chácara, Facadinho e Lavrinha é resultado de um processo histórico que remonta às fazendas de escravos e posterior segmentação das terras em grandes fazendas, em geral fazendas *dos brancos*, mas também a domínios *de negros*. Um morador de Lavrinha inclusive relata que no passado existia uma fazenda cujo dono era negro perto de sua localidade.

Por sua vez, o domínio *branco* se perpetuou através do sistema de morada, da concessão de terras para realização de plantios na meia e na terça e em um regime semelhante ao de barracão (aviamento, comum na literatura sobre o campesinato da Amazônia). Esse sistema pode ser considerado uma forma de imobilização da mão de obra que na região era prevalentemente negra. No caso, o fornecimento antecipado de alimentos por fazendeiros é narrado por um morador de Facadinho como uma estratégia que levou à expropriação das terras ocupadas pelos ancestrais. No modo de dizer do morador: *os fazendeiros compravam no bico, a carne era cara, o fazendeiro fornecia e ia descontando no terreno*. Segundo ele, naquele tempo a terra não tinha valor, não tinha *esse costume de vender terra*, desta forma, o fazendeiro ia mudando a cerca, *arrodeando dos negros* e confinando as famílias às pequenas áreas nas grotas. No presente estas ocupações se conformam como pequenas posses no interior de fazendas de gado, o que identificamos também como característico das localidades de Carioca e do Rio Preto de Baixo. No modo de dizer dos moradores: *os brancos tomaram as terras dos negros*.

Ao longo do tempo as antigas fazendas foram segmentadas, conformando áreas menores e destinadas a herdeiros e/ou vendidas. Além disso, algumas áreas foram doadas para famílias de moradores que ali tinham suas terras de morada e trabalho, como uma forma de reconhecimento e *consideração*. Outras foram doadas para a Santa e para o Vigário, como aconteceu com a parte alta da cidade de Morro do Pilar e provavelmente com uma parcela das terras de Chácara, também conhecida como *Chácara do Vigário*. Os moradores lembram que neste período a cidade tinha poucas casas e todo mundo morava na roça, havia muita roça de mandioca e *chácaras* de café e banana, produção de farinha e rapadura e muitos saíam para *missangá*, vender produtos fora, geralmente na cidade de Lagoa Santa.

As últimas décadas se caracterizaram por outra dinâmica que estimulou o êxodo rural e o deslocamento de parte da população para a cidade de Morro do Pilar. Esse período é relatado como o fim do sistema de morada e aumento do desmatamento que é estimulado pela *venda de candeia* para mourão de cerca e produção de carvão para siderurgia, posteriormente levando à implantação de pastagens e expansão da pecuária. Ao longo dos anos a expansão da braquiária em substituição à mata restringe o acesso às áreas de plantios que antes eram cultivadas *na meia e na terça* e impõe a saída para



*fora* em busca de trabalho. Parte das famílias vivenciam o êxodo rural ao se deslocarem para outras regiões do estado e parte dos membros vão para a *rua*, cidade de Morro do Pilar, com as famílias passando a viver numa dinâmica continuada de fluxos e deslocamentos entre a roça e a cidade. Por outro lado, a doação de lotes, telhas e materiais de construção que se institui como prática política nas três gestões municipais passadas contribuiu significativamente para a urbanização da sede municipal e esvaziamento da área rural. Recentemente, o fechamento da escola de Facadinho também atua no sentido de estimular o deslocamento de famílias ou parte de seus membros para a cidade.

Aqueles que vão para a *rua* buscam trabalho como diarista nas fazendas e junto às empresas reflorestadoras na região de Carmésia, para onde *saem dois ônibus com trabalhadores todos os dias*, visto que as opções de trabalho e emprego são demasiadamente reduzidas na cidade, com a prefeitura sendo vista como principal empregadora. As palhas de *taquaruçu* e *indaiá*, ou *andaiá*, utilizadas principalmente para a confecção de chapéu e vassoura, se inserem neste contexto como uma alternativa significativa, acionada por um grande número da população de origem rural e negra, que experimenta o fluxo entre a *rua* e a *roça*. A palha possibilita assim estratégias familiares de geração de renda e vinculação entre atividades e espaços urbanos e rurais. Na cidade, estão os *compradores da palha e da trança de taquaruçu, os chapeleiros*, na roça é possível encontrar as *palheiras*, que preparam e trançam a palha, mas também aquelas que fazem a vassoura de taquaruçu. Nestas atividades é possível observar uma divisão de trabalho entre homens e mulheres e também uma grande participação feminina no preparo e tessitura da palha.

Moradores das comunidades visitadas recorrem à memória para reafirmar vínculos com fazendas escravocratas, *lugar dos negros*, quando relatam a violência sofrida pelos seus ancestrais. A estigmatização do *negro*, colocado historicamente numa posição inferior em relação ao *branco*, favoreceu a expropriação de boa parte das terras ocupadas pelas famílias de origem negra, com as terras sendo *tomadas* pelos *brancos* e os *negros* sendo reduzidos às pequenas áreas denominadas *chácaras*, ocupadas com moradia, quintais, hortas, criação animal e cultivos. Nesse processo, são configurados domínios *negros* no interior de fazendas.

### **Impactos identificados**

Durante as visitas ouvimos depoimentos de moradores que apontam para os impactos relacionados aos empreendimentos minerários. Constatamos que grande parte desses impactos, registrados durante visita de campo, não são considerados no processo de licenciamento. Os impactos relatados resultam, por um lado, da implantação do mineroduto pela empresa Anglo American nas imediações das comunidades Chácara e Carioca e, por outro lado, da atuação da Manabi junto ao município e moradores das áreas diretamente afetadas por seu projeto, o que inclui as comunidades Chácara e Carioca. **Ou seja, há sobreposição de impactos particularmente nestas comunidades e os efeitos cumulativos não vem sendo considerados.**

As obras de implantação do mineroduto da Anglo American estão concluídas e, na perspectiva dos moradores a experiência vivenciada durante essas obras de instalação



é uma amostra do que irá acontecer na região após a aprovação da LP do projeto Manabi, com a chegada de grande fluxo de pessoas e equipamentos. Isso leva um morador a afirmar: *querendo ou não tem que sair, por que não tem como viver no meio*. Os moradores associam o aumento de circulação de pessoas ao crescimento da violência nas localidades com ocorrências de roubo. Manifestam também a angústia de terem vivido durante meses expostos ao barulho de explosivos e de máquinas que trabalharam ininterruptamente, dia e noite, nas imediações de suas casas. Além disso, um morador da comunidade de Chácara nos mostrou rachaduras em sua casa que surgiram neste período e relatou também que a movimentação de terra causou assoreamento de um brejo, onde havia uma nascente que abastecia o canal (tirada d'água) que passava na porta da sua casa e era destinado à dessedentação dos animais. Vários moradores visitados narraram que o secamento de cursos d'água está relacionado ao trabalho de prospecção realizada por subsidiária da Manabi, ou seja, apontam que há uma correspondência entre a perfuração dos *buracos* e o secamento de nascentes, córregos e rios. Ouvimos relatos como estes praticamente em todas as comunidade visitadas e também de pessoas que vivem na cidade, o que nos leva a afirmar que, em Morro do Pilar, é de conhecimento público que a atuação da Manabi e da Anglo American no município vem provocando o secamento de *nascedouros* ou *nascentes* e a diminuição do volume dos cursos d'água acessados pelas famílias que vivem nas suas imediações.

Na atualidade, embora o projeto Manabi esteja sendo analisado pela SUPRAM Jequitinhonha e não tenha sido concedido a Licença Prévia – LP, observa-se que a empresa já vem desenvolvendo um conjunto de ações no município e, principalmente, junto aos moradores. De acordo com os relatos obtidos no município, *a Manabi é parceira da prefeitura*, o que pode ser constatado pela celebração de convênios e repasse de recursos objetivando viabilizar o Plano Diretor Municipal e o Plano de Desenvolvimento Sustentável, o que encontra correspondência na lógica da política ambiental de Minas Gerais orientada pelo princípio agente degradador/pagador. Consequentemente os empreendimentos degradadores injetam recursos no sentido de viabilizar ações orientadas por uma perspectiva ambiental e, contraditoriamente, passam a ser identificados como principais investidores no campo ambiental, o que acaba por favorecer ou estimular interesses contraditórios.

De outra parte, como reconhece boa parte da população, a defesa do projeto Manabi tem sido feita de modo incondicional pela prefeitura através da veiculação de uma imagem positiva do empreendimento e minimização dos impactos, o que pode ser observado em diversos meios de comunicação como jornais e páginas na internet. A prefeitura tem assumido também um papel fiscalizador e controlador para com a população atingida, no sentido de evitar manifestações, críticas e veiculação de impactos, o que se evidenciou logo nas primeiras visitas realizadas. Durante um diálogo com um morador que nos relatou com riqueza de detalhes saberes e fazeres transmitidos pelos antepassados e pelos mais velhos do lugar, fomos surpreendidos pela intervenção de um funcionário da prefeitura municipal. Ao final da visita houve a chegada de uma pessoa que não se identificou e se dirigiu de forma imperativa ao morador dizendo: *vim a mando da prefeita Vilma, quero um particular com você, pode ser?* Como já tínhamos nos despedido do morador tomamos o caminho do carro, pouco depois observamos que o referido funcionário estacionou seu carro atrás do nosso, de modo que não havia como sair. Ao perceber o fato tomamos o trilho de volta na intenção de solicitar que retirasse



seu carro para permitir nossa passagem e, ao me aproximar da casa, ouvi a pessoa afirmando: *não vai piorar, tudo vai ficar muito melhor.*

Seguimos nossa agenda de visitas tendo em vista encontrar outro morador cuja filha era *palheira* e confeccionava vassouras de *taquaruçu*, porém, nos sentimos extremamente constrangidos, como imaginamos que tenha ficado também o morador. A atitude do funcionário, que interpelou o morador de forma agressiva, contrasta com o modo aberto e cordial dos moradores visitados e também das pessoas da cidade com quem travamos conhecimento.

A posição assumida pela prefeitura tem levado também à estigmatização dos grupos, na medida em que, algumas dinâmicas locais como o deslocamento para a cidade e os fluxos entre a comunidade e a *rua* tem sido reforçados como uma tendência incontestável, quando são desconsideradas as causas desses deslocamentos e a forma particular como estas dinâmicas se desenvolvem.

A Manabi também tem desenvolvido as ações no sentido de veicular informações sobre o projeto, sobre como deve ser feito o deslocamento das famílias e as condições de negociação. Desta forma, busca construir um consenso sobre o projeto e antecipar a remoção da população afetada, o que envolve a estipulação de prazo para o deslocamento da população. Este trabalho vem sendo feito através de uma empresa subsidiária, a Renascer, que mantém no município uma terceirizada formada por psicólogo e advogado, que desde 2011 realiza reuniões e visitas aos moradores atingidos com regularidade, o que tem reforçado a imagem do projeto Manabi como algo inquestionável e pressiona os moradores a ponto destes considerarem a saída algo inevitável, embora uma moradora afirme: *vontade de sair não temos, estamos esperando para ver onde a gente vai.* Ou seja, neste contexto não são discutidos os direitos dessa população. Os moradores ponderam que querem *resolver tudo na paz*, talvez com receio de serem alvo de violência, como aconteceu com seus antepassados, e afirmam que *para a justiça a gente não vai porque não temos condição de ir*, reconhecendo, desta forma, a sua posição hierarquicamente inferior em relação à empresa. Além disso, o fato de terem sido proibidos pelos funcionários da Renascer de trabalhar a terra e de realizar reformas costumeiras em suas moradias gera um quadro extremo de insegurança, como se ressentem uma moradora. Tais processos geram problemas para as famílias que tem na agricultura sua principal fonte de alimentos e se manifestam na forma de desequilíbrios emocionais (depressão), o que levou a referida moradora a procurar tratamento médico.

### **Encaminhamentos**

Diante do exposto, consideramos sugerir as seguintes medidas:

Atuação do IPHAN no sentido da proteção do patrimônio cultural que envolve os saberes e fazeres relacionados ao artesanato de palha e aos festejos;

Os impactos já existentes do projeto Minas Rio devem ser considerados pela SUPRAM e pelo Ministério Público ao analisarem o projeto Manabi;



Faz-se necessária uma atuação do Ministério Público no sentido de coibir formas de pressão, coação e controle sobre os grupos impactados pelo mineroduto Anglo American e projeto Manabi;

Faz-se necessária celeridade do processo de identificação e certificação das comunidades por parte da Fundação Cultural Palmares, antes de concessão da LP do empreendimento Manabi, sobretudo na comunidade de Carioca, impactada pelos dois projetos.

Em função dos fatos observados em campo e narrados pelos moradores visitados, ressaltamos a necessidade de que sejam realizados estudos específicos e aprofundados junto às comunidades tradicionais e negras identificadas em campo, verificando, inclusive, a situação de outros grupos não visitados durante nossa incursão a campo.

Dr<sup>a</sup>. Elisa Cotta de Araújo  
(Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal Fluminense UFF)

Gabriel Costa Ribeiro  
(Graduando em Ciências Socioambientais pela UFMG)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andréa Zhouri  
(Coordenadora do GESTA-UFMG, Professora Associada do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG)